

PRIVATIZAÇÃO E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL E EM PORTUGAL: DESAFIOS À DEMOCRATIZAÇÃO E À EQUIDADE

Verônica Macêdo

Universidade Estácio de Sá - UNESA, Rio de Janeiro/RJ
veronicacoutomachado@gmail.com

Marcelo Mocarzel

Universidade Estácio de Sá - UNESA, Rio de Janeiro/RJ
marcelomocarzel@gmail.com

INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

As políticas educacionais contemporâneas têm sido remodeladas por uma nova lógica de ação estatal, caracterizada por uma interação cada vez mais intensa entre os setores público e privado. Essas relações, que se consolidam como uma categoria central de análise, permitem interpretar como as dinâmicas entre esses dois campos influenciam a formulação de agendas educacionais no país, revelando tensões inerentes a essa articulação. Cury (2005) aponta que essas tensões têm fundamentos históricos, manifestando-se de forma recorrente em diferentes momentos da trajetória política, com a relação entre público e privado assumindo variadas configurações ao longo do tempo.

O avanço dos processos de privatização, amplamente teorizados, reflete uma transformação nas práticas de governança, onde atores públicos e privados convergem em arranjos colaborativos. Essas dinâmicas, sustentadas por narrativas robustas e fundamentadas em estudos e pesquisas, têm se expandido para diversas esferas da sociedade, configurando uma nova abordagem para a gestão e o direcionamento das políticas educacionais.

A privatização e as parcerias público-privadas (PPPs) na educação têm gerado debates sobre a redefinição do papel do Estado como provedor de serviços educacionais, destacando os impactos dessas mudanças na democratização do acesso, na qualidade da educação e na promoção da equidade. As discussões da pesquisa abrangem a inserção do setor privado por meio da privatização e das parcerias público-privadas na Educação Infantil, no Brasil e em Portugal. Em ambos os casos, observa-se uma tendência de o Estado adotar modelos de governança inspirados em princípios neoliberais, delegando funções ao setor privado, o que trouxe desafios e consequências significativas para os sistemas educacionais.

Em Portugal, após a Revolução de 1974, houve um esforço inicial para democratizar a educação, com a criação de um sistema que buscava universalizar o acesso e garantir a

gratuidade. Contudo, com o passar das décadas, o Estado passou a depender de parcerias com o setor privado, especialmente na provisão de creches para crianças de 0 a 3 anos, enquanto os jardins de infância, destinados às crianças de 3 a 6 anos, combinaram redes públicas e privadas. Essa abordagem híbrida resultou em desigualdades significativas, particularmente em áreas rurais ou economicamente desfavorecidas, onde a cobertura das redes privadas não lucrativas ou lucrativas é limitada. A ênfase na regulação e financiamento pelo Estado, em vez da provisão direta de serviços, criou um cenário onde a educação infantil se tornou mais suscetível às dinâmicas de mercado e menos equitativa. No entanto, essa transição tem gerado desafios substanciais, principalmente no que se refere à igualdade de acesso, qualidade da oferta e ao caráter democrático da educação.

Esse modelo híbrido introduziu desigualdades regionais e socioeconômicas. Áreas urbanas e famílias de maior poder aquisitivo tiveram acesso ampliado, enquanto comunidades menos favorecidas enfrentam barreiras de cobertura e custo. A política educacional portuguesa reflete um modelo de governança que combina regulação estatal e incentivos à participação privada, muitas vezes em detrimento da criação de uma rede pública robusta e equitativa.

No Brasil, as políticas educacionais das últimas décadas consolidaram o avanço do setor privado por meio de PPPs, que envolveram desde a gestão de escolas até a execução de programas educacionais. Essa lógica, pautada pela busca de eficiência e resultados mensuráveis, tem promovido a entrada de empresas e organizações sociais no cenário educacional. Embora essas iniciativas tenham ampliado a oferta em algumas áreas, elas também reforçam desigualdades estruturais, pois o acesso e a qualidade dos serviços oferecidos muitas vezes dependem de interesses econômicos e regionais. Essa mercantilização da educação desafia a ideia de que o ensino deve ser um direito universal, garantido pelo Estado, e reforça as disparidades entre grupos sociais.

A privatização da gestão educacional nas redes públicas de ensino adquire um caráter sistêmico, operando diretamente por meio de parcerias, contratos de concessão e parcerias público-privadas, as quais “regulam a transferência da atividade governamental para organizações lucrativas” (Adrião, 2018, p. 17).

Os dois contextos, apesar das diferenças culturais e estruturais, revelam dinâmicas semelhantes de transformação das políticas educacionais. A privatização e as parcerias público-privadas demonstraram capacidade de ampliar a oferta, mas frequentemente em detrimento da qualidade e do acesso equitativo. As reformas, inspiradas em princípios neoliberais, enfatizam a competitividade e a eficiência, deslocando a centralidade do direito à educação para uma lógica de mercado. Isso coloca em questão o papel do Estado como garantidor de uma educação

universal e gratuita, transferindo responsabilidades para as famílias e introduzindo novas barreiras ao acesso de grupos vulneráveis.

DESENVOLVIMENTO

No Brasil, as políticas de parcerias público-privadas consolidaram o avanço do setor privado em diversos aspectos da educação, incluindo gestão escolar e programas educacionais. A ênfase em eficiência e resultados mensuráveis alinhou-se com a lógica de mercado, promovendo a entrada de empresas e organizações sociais no cenário educacional. Embora essas parcerias tenham contribuído para ampliar a oferta em algumas áreas, elas frequentemente reforçam desigualdades estruturais, já que o acesso e a qualidade dos serviços são moldados por interesses mercadológicos e regionais. Essa mercantilização da educação desafia a ideia de que a educação deve ser um direito universal garantido pelo Estado.

Tanto em Portugal quanto no Brasil, observa-se que a privatização e as PPPs têm limitado a capacidade do Estado de cumprir sua função de promotor direto de serviços educacionais universais e gratuitos. As reformas educacionais baseadas em princípios neoliberais introduziram lógicas de mercado que priorizam a competitividade e a eficiência, frequentemente em detrimento da equidade e da qualidade. Essas dinâmicas tensionam a natureza da educação como um direito social, transferindo responsabilidades para as famílias e reforçando as desigualdades já existentes.

CONCLUSÕES

Conclui-se que, para assegurar uma educação de qualidade e verdadeiramente democrática, é essencial que o Estado assuma um papel mais ativo, reforçando a provisão pública e mitigando os efeitos das dinâmicas de mercado no setor educacional. A educação, como direito fundamental, deve ser estruturada para promover a equidade e a inclusão, assegurando que nenhum grupo seja excluído ou desfavorecido por razões econômicas ou territoriais. A redefinição das políticas educacionais é crucial para equilibrar os objetivos de eficiência e universalidade, reafirmando a educação como um bem público e um alicerce para a justiça social.

Em síntese, os estudos destacam a necessidade de reavaliar as políticas educacionais para assegurar que o acesso à educação de qualidade não seja comprometido pela lógica de mercado. Um Estado mais ativo, que priorize a provisão direta de serviços educacionais e o

fortalecimento da rede pública, é essencial para mitigar desigualdades e reafirmar a educação como um direito fundamental, universal e equitativo.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T.A. **A privatização da escola pública**: Entrevista para o Portal da ANPED(18.04.16). Portal da ANPED: Série Conquistas em risco, 18 abr. 2016.

ADRIÃO, T. *et al.* **Sistemas privados de ensino na educação pública brasileira: consequências da mercantilização para o direito à educação**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 166p.

ADRIÃO, T. **Dimensões da privatização da Educação Básica no Brasil: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990**. Brasília, ANPAE, 2022.

ADRIÃO,T., OLIVEIRA,R. P., & MOCARZEL, M .(2022).O público, o privado e o comunitário: Novas categorias administrativas para as escolas brasileiras e a disputa pelo fundo público na educação. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 30 (128).

CURY, C.R. J. O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas. *In*: LOMBARDI, J.C.; JACOMELI, M.R.M.M.; SILVA, T.M. T. da (org.). **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.(Coleção Memória da educação)

DALE, Roger. **Estado, globalização, Justiça social e Educação: Reflexões contemporâneas de Roger Dale**. Entrevista concedida a Luís Armando Gandin. In currículo sem Fronteiras. V.14, nº 2, p. 5-16, Maio/Ago, 2014.

PERONI, Vera Maria Vidal. A democratização da educação em tempos de parcerias entre o público e o privado. **Revista de Educação Pública** – UFMT, v. 19, p. 215-227, 2010.

PERONI, Vera Maria Vidal(org). Relação público-privada: o papel da educação na construção de um projeto societário democrático. **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação**. – 1. ed. – São Paulo: Livraria da Física, 2021.

Vilarinho, E. Articulações entre o Público e o Privado na Educação de Infância em Portugal. **Educação em Revista**. Portugal, 2020.
